Título: Levantamento das políticas públicas voltadas à Economia Solidária

Pesquisa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIVITI/UFPB)

Autora: Júlia Prazeres Bomfim (Graduanda em Relações Internacionais - UFPB)

Introdução/Objetivos:

Considerando a predominância da economia liberal, torna-se relevante refletir sobre outras alternativas de reproduzir a vida. Nesse sentido, a economia solidária, baseada no coletivismo e na justiça social, ganha espaço na agenda pública brasileira a partir dos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e sua consolidação no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O presente trabalho tem como objetivo investigar o papel das políticas públicas no fortalecimento desse modelo e mapear as principais políticas, analisando sua evolução.

Desenvolvimento:

O levantamento das políticas públicas voltadas à economia solidária no Brasil, realizado por meio de abordagem qualitativa e quantitativa, com levantamento bibliográfico e análise documental de fontes institucionais, evidencia um processo gradual de institucionalização. Embora experiências locais em municípios como Porto Alegre (RS), Belém (PA) e São Paulo (SP) tenham tido início na década de 1980, a criação da SENAES marcou a transição para uma estratégia de abrangência nacional.

No plano federal, destaca-se a construção de uma rede de políticas de caráter transversal, não restritas à SENAES, mas também composta por ações de outros ministérios e projetos, abrangendo áreas como trabalho, assistência social, crédito, agricultura familiar e desenvolvimento territorial, incluindo iniciativas de fomento, qualificação, incentivo a redes produtivas e fortalecimento de espaços participativos (Rede de Gestores, 2016). Em níveis estadual e municipal, as políticas apresentam diferentes graus de desenvolvimento, refletindo diferenças socioeconômicas, como entre Sudeste e Nordeste (Medeiros et al., 2006), embora compartilhem diretrizes como cooperação, autogestão e inclusão produtiva, além de instrumentos como os Centros Públicos de Economia Solidária, que possuem parcerias com municípios e governos estaduais.

Nesse contexto, é evidente que a articulação do Estado no apoio à economia solidária constitui um elemento central, não se restringindo a atividades econômicas, mas também como estratégia de desenvolvimento com base em valores sociais e democráticos. Apesar dos avanços, persistem desafios como a escassez de pesquisas, descontinuidade das políticas, limitações orçamentárias e ausência de fundos específicos (Cunha, 2012), comprometendo sua consolidação e evidenciando a necessidade de maior articulação federativa e fortalecimento do marco regulatório.

Conclusão:

As políticas de economia solidária no Brasil representam avanços na construção de modelos de desenvolvimento inclusivos e participativos. Contudo, sua consolidação depende do fortalecimento institucional, da continuidade das ações e da articulação entre Estado e sociedade. Assim, a economia solidária afirma-se como política pública e projeto de transformação social orientado pela democratização da economia e valorização do trabalho coletivo.

Referências:

CUNHA, Gabriela Cavalcanti**. Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela; SCHIOCHET, Valmor (org.). **Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Concepção e diretrizes de políticas públicas de economia solidária**. Brasília: Fundação Unitrabalho, 2016.